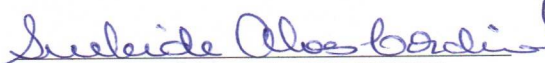
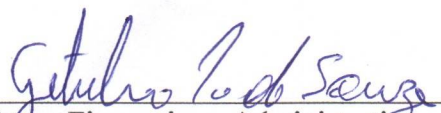
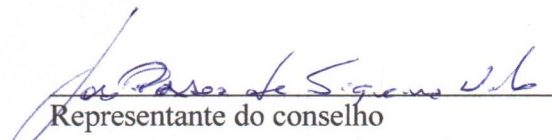


ATA DE REUNIÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO FUNPREV

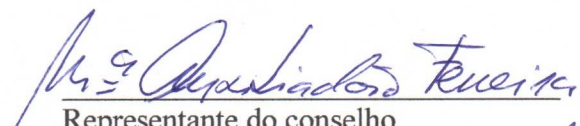
No dia décimo terceiro dia de dezembro de 2023 o conselho deliberativo do FUNPREV se reuniu com o objetivo de debater e elaborar a política de investimentos de 2024. A apresentação deu início com a análise do cenário econômico e das projeções para 2024, por Rodolpho Malafaia, representante da LEMA. Apresentado o cenário, o consultor iniciou a apresentação falando sobre a obrigatoriedade da aprovação de uma Política de Investimentos, de acordo com a Portaria MTP 1467/2022. A apresentação abordou que a Política de Investimentos é o documento que estabelece as diretrizes, fundamenta e norteia o processo de tomada de decisão de investimentos dos recursos previdenciários observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. e seus fundamentos na legislação. Além disso, foi ressaltado que o FUNPREV adota o modelo de gestão própria, que é quando a unidade gestora realiza diretamente a execução da política de investimentos da carteira do regime, decidindo sobre as alocações dos recursos, inclusive por meio de fundos de investimento. A atual Política de Investimentos apresentou parâmetro de rentabilidade, ou meta atuarial de IPCA + 4,78%. Foi explicado o perfil da carteira do FUNPREV e as expectativas do mercado, ressaltando o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos e objetivo dos investimentos. Rodolpho Malafaia enfatizou que para encontrar a meta atuarial, a Portaria MTP nº 1.467/22, em seu art. 39, determina a regra para definição da “taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS”. Esta taxa, deverá ser, equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS. Foi destacado que a taxa parâmetro para rentabilidade dos RPPS, também chamada de meta atuarial, é justamente a taxa definida pela duração do passivo atuarial que permita o RPPS encontrar o equilíbrio atuarial. Foi destacado que a política de investimentos poderá ser revista ao longo do percurso e caso haja necessidade de adequar os limites da estratégia às variações do mercado, o conselho deliberativo tomará ciência nas reuniões ordinárias. Foram abordados os instrumentos de transparência e fiscalização e cada um foi explanado e discutindo com os membros do Conselho Deliberativo. No quadro de estratégia de alocação, foi determinado pelo gestor de recursos como estratégia-alvo 100% (valor por extenso) dos recursos aplicados em Renda Fixa, mas que foi apresentado os demais segmentos de renda variável, investimento no exterior, fundos estruturados e fundos imobiliários, além de empréstimos consignados.

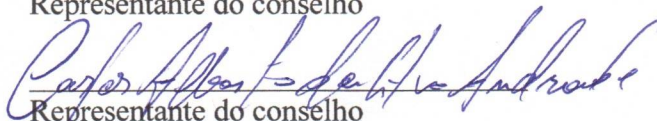

Diretora Presidente do FUNPREV
Suelide Alves Cordeiro

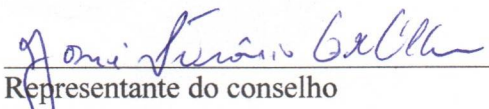

Diretor Financeiro e Administrativo

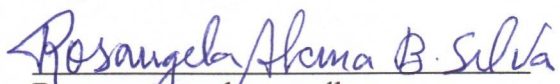

Representante do conselho

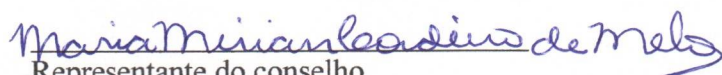

Representante do conselho

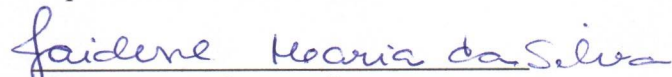

Representante do conselho

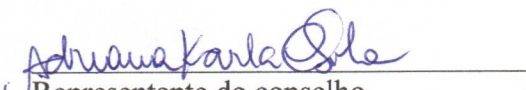

Representante do conselho


Representante do conselho


Representante do conselho


Representante do conselho


Representante do conselho


Representante do conselho